

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DO PPP DA CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ

Francisca Aldeiane Barreto da Silva

Graduanda da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
deane04@hotmail.com

Maria Lourena de Queiroz

Graduanda da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
lourenaqueiroz4@gmail.com

Renata de Souza Queiroz

Graduanda da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
renata.souza.12@hotmail.com

Maria da Paz Cavalcante

Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
mariadapazc@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo faz parte de um projeto desenvolvido na disciplina Práticas Pedagógicas Programadas III, e tem como objetivo realizar uma análise reflexiva do Projeto Político Pedagógico da Creche Municipal Criança Feliz, do município de Pau dos Ferros. Para tanto, realizaremos um estudo de caso, buscando analisar o PPP da creche a partir das discussões teóricas sobre o tema na disciplina Práticas Pedagógicas Programadas III. Podemos notar que no PPP da creche há certa carência no que diz respeito há uma construção democrática, além disso, devido às limitações no espaço, há dificuldades de execução das propostas que constam no projeto. Constatamos que a construção de um PPP não é uma tarefa simples, e que para tanto, exige-se trabalho democrático, colaboração de todos os envolvidos, e que, apesar disso, nem sempre é garantida a efetivação e realização concreta desse documento.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político Pedagógico, Creche Municipal Criança Feliz, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, o Brasil viveu um movimento de redemocratização, após um longo período de ditadura. Nessa mesma época a escola brasileira passou a incluir em seus bancos populações antes, excluídas do sistema público de ensino. Ela ficou, assim, mais diversa e teve de adequar suas práticas à nova realidade. Nesse contexto, a partir promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, houve um processo descentralizador das ações educativas por parte do Estado, viabilizando o processo autônomo e democrático das escolas da educação básica de ensino e torna-se então necessário que toda escola tenha um projeto político pedagógico. Nesse sentido, Lopes (2014) afirma que a

instituição de um projeto pedagógico surgiu como um instrumento importante no processo democratização escolar. |

Quando pensamos o Projeto Político Pedagógico, concebemos que é um documento que contém a essência do trabalho escolar como fruto de uma permanente construção do conhecimento. A elaboração do mesmo planeja um futuro diferente do que é vivido, cujas reflexões previstas serão afirmadas, questionadas e/ou avaliadas e então ganham vida no espaço escolar.

O momento de sua construção permite uma vivência de democracia, se efetivamente acontecer com a participação de todos, superando relações de conflitos, superioridade, competitividades, possibilitando interações diferentes das que acontecem na rotina da escola. Pois a participação de todos profissionais da escola, alunos, família e comunidade é essencial, compartilhando de uma mesma vontade para que assim, se realizem as mudanças na realidade da escola com efeito de melhorar a educação dos alunos.

Contudo, para percorrer o caminho da construção de uma educação de qualidade e de direito de igualdade a todos, se faz necessário buscar sempre avaliar, reavaliar e refletir as práticas e as condições que fazem parte o processo de ensino-aprendizagem.

É fundamental refletir sobre a importância e o significado que o Projeto Político Pedagógico assume na organização do trabalho pedagógico escolar, pois todo projeto político pedagógico possui uma intencionalidade e uma forma específica da escola compreender o seu papel na sociedade, desenvolvendo assim, propostas que possam atender as necessidades não só da própria instituição, mas principalmente de seus alunos. Entendemos que este estudo, contribuirá para refletirmos sobre a concepção de educação, especificamente da Educação Infantil e sua relação com a sociedade e a escola, além de entendermos, a partir da análise deste documento, quais são as dificuldades, as propostas e as ações que as escolas procuram estabelecer em seu ambiente.

Diante disso, tomaremos como documento para análise o Projeto Político Pedagógico da Creche Municipal Criança Feliz, localizada na Rua Severino Rêgo, nº 400, bairro Paraíso, que foi elaborado no ano de 2013 na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos de Pau do Ferros/RN, para que possamos entender sua construção, sua finalidade, seus objetivos, suas concepções sobre a educação, dentre outras coisas. Para isso tomaremos como base o estudo de caso fazendo a análise do documento PPP da escola.

REFLEXÕES ACERCA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A Creche Municipal Criança Feliz conta com 8 turmas em funcionamento apenas pela manhã, 4 turmas da creche e 4 da pré-escola, cada sala de creche conta com dois professores, 8 trabalhado na creche e 4 na pré-escola, somando um total de 12 professores ativos, além de contar com uma equipe da alimentação, de porteiros, faxineiros, etc. Segundo a diretora da instituição, o projeto da creche foi elaborado pela secretária de educação, a coordenadora pedagógica e a coordenadora da Educação Infantil conjuntamente com os diretores das instituições de Educação Infantil e a participação de alguns professores.

Godoy (2009) afirma que quando a escola não leva a sério o planejamento do PPP, acaba perdendo a oportunidade de formar seus alunos, e que além disso, o planejamento deve ser ativo, contínuo, tendo em vista que o PPP representa nossos desejos, intenções, onde queremos chegar, temos que ter consciência também que ele é uma organização de toda a comunidade escolar, uma ação em busca de transformar a realidade.

No documento, inicialmente há uma caracterização do município de Pau dos Ferros e dos habitantes, é abordado desde a história, geografia, clima, demografia da cidade até questões como religião, política, economia, infraestrutura, educação, lazer, cultura, artesanato, esporte, turismos, transporte, habitação, saúde, etc.

No que diz respeito aos objetivos, a origem e as razões que levaram ao delineamento da proposta em questão, o documento apresenta o seguinte:

“A proposta apresentada é direcionada ao trabalho com as crianças da educação infantil, a fim de oferecer subsídios aos professores em suas práticas diárias em sala de aula, na realização de um trabalho educativo eficiente. Pretende-se com esse documento elencar os indicadores de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais da criança como metodologias aplicadas condizentes com o novo modelo de sociedade atual.”

Quanto ao tipo de gestão adotada pela escola, há uma parte do documento dedicado ao aspecto da gestão, destacando que a gestão precisa ser dinâmica, comprometida e motivada, tendo em vista que desempenha papel fundamental no andamento da prática educacional. Além disso, consta que a Constituição Brasileira incorpora a gestão democrática como indispensável ao ensino público. No que diz respeito a prática da gestão democrática, no documento é especificado o seguinte: “Quando se desenvolve práticas de gestão democrática na escola, o que se pode esperar é que a criança aprenda a respeitar e se fazendo respeitar, que aprenda a pensar com autonomia [...], e a criar uma consciência crítica e voluntária [...]”.

Nesse sentido, o que se pode entender é que a escola deve ser um espaço onde o estudante se torne um cidadão, sujeito de sua própria história, com uma consciência crítica reflexiva diante de tudo que acontece na escola e na sociedade. Além disso, é necessário que a escola opte pela emancipação e de inclusão dos sujeitos que dela fazem parte, que ela se perceba como instrumento para transformação social. Caso contrário, ao optar por manter a realidade como ela é, ratifica a exclusão social e escolar, transformara os sujeitos que dela fazem parte subordinados à aceitação, que historicamente tem sido uma marca na sociedade brasileira.

Com relação a concepção de infância, o documento não traz explicitamente uma concepção com base em algum referencial, porém destaca que o avanço científico sobre o desenvolvimento da criança, bem como o avanço sobre a consciência social sobre o significado da infância e o reconhecimento sobre os direitos da criança tem dado maior credibilidade a educação infantil. Destaca também que:

O profissional da educação precisa conhecer a história social da constituição da infância na sociedade, sua vinculação com a psicologia, a diversidade cultural, e a origem das concepções da educação infantil ao longo da história. Precisamos considerar a criança como sujeito histórico e social enquanto sujeito de direitos.

O PPP, nesse aspecto, deixa claro que o conhecimento dos direitos da criança é de fundamental importância para uma boa prática educativa por parte dos profissionais da educação, tendo em vista que a escola e a educação, além de serem direitos da criança, são espaços onde se é capaz de garantir outros direitos.

Segundo Pacheco (2001), a construção do projeto caracteriza-se por uma fase de decisão curricular, além disso, representam três projetos interdependentes, um projeto educativo, outro curricular e outro organizativo, sendo assim “o currículo é decidido no nível da gestão, ou seja, ao nível da região e da escola” (Pacheco, p. 88, 2001). A modelação dos conteúdos do currículo elaborado pela gestão, ocorre por parte dos professores, para que esse possa atender as particularidades das escolas, dos alunos e dos professores. O PPP da Creche, com relação a isso, expõe o seguinte:

O Currículo da educação infantil é sem dúvida, o eixo principal a partir do qual se desenvolvem as propostas pedagógicas, com flexibilidade e abordando uma série de eixos que devem ser enriquecidos ou modificados pelos educadores, tendo sempre a preocupação de aplica-los de acordo com as características de cada estágio de desenvolvimento infantil, considerando

as diversas formas de construção de conhecimento, na inserção da cultura, como também dos recursos locais.

Nesse sentido, destaca-se que o currículo deve ser uma proposta aberta, onde os docentes tenham uma ampla margem de autonomia de adaptação. Pacheco (2001) afirma ainda que a programação, enquanto etapa do processo de desenvolvimento do currículo concretiza-se na elaboração de um projecto curricular coerente e lógico que estabelece um equilíbrio entre aquilo que é proposto, na fase do currículo prescrito, e aquilo que é sugerido, na fase do currículo programado.

A partir disso, a proposta curricular da creche está organizada nos seguintes eixos: Linguagem Oral e Escrita; Natureza e Sociedade; Lógico Matemática; Artes Visuais; Movimento; Música; Identidade e Autonomia; Ciências Sociais e Naturais. No entanto, no documento é explicitado que esses eixos foram escolhidos por representarem uma parcela significativa da produção cultural humana que amplia e enriquece a inserção da criança na sociedade, ou seja, o PPP dispõe sobre a importância desses conhecimentos, tendo como subsídio os PCNs, PNE e os RCNEI, porém, destaca que é necessário levar em conta as particularidades da escola, dos alunos, dos professores e da região, com intuito de relacionar tanto os conteúdos exigidos por lei, quanto os conhecimentos de cada indivíduo e as peculiares de cada região.

Pacheco (2001), afirma que compete a escola organizar horizontalmente um conjunto de atividades letivas e não-letivas proporcionando as condições para que se promova a aprendizagem e o sucesso dos alunos. Nesse sentido, como afirma Godoy (2009), o PPP expressa aonde queremos chegar e o que precisamos levar para chegar aonde queremos.

Para Godoy (2009), elaborar o PPP é uma oportunidade para a escola escolher o currículo e organizar o espaço e o tempo de acordo com as necessidades de ensino. Nele deve ser considerada as orientações contidas nas diretrizes curriculares elaboradas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e / ou pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Pois, é através do mesmo que são determinados os resultados a serem atingidos como também são expostas as necessidades, limitações e potencialidades da comunidade, dos alunos e da equipe escolar.

Sendo assim, o PPP da Creche Municipal Criança Feliz teve como referência uma série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), Indicadores da qualidade na educação infantil, Parâmetro de qualidade da educação

infantil, Diretrizes Curriculares Nacionais, Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC).

Quanto a missão da escola, o documento em análise não deixou claro, porque trata-se de um documento válido para todas as creches do município, sendo assim não esclarece a missão de cada uma das unidades mais especificamente. Desse modo, ao realizamos o trabalho de observação na Creche Municipal Criança Feliz não nos reportamos a realização de uma entrevista/questionário na qual suscitasse sobre a missão da escola, porém diante do documento e das informações obtidas podemos dizer que as escolas do município têm a função integradora de formar sujeitos reflexivos capazes de viver nos mais diversos contextos sociais e culturais a partir da construção de valores, princípios éticos.

Para que se possa ter um desenvolvimento por parte dos alunos é preciso que seja definido as metas a serem alcançadas, nesse sentido, o PPP da creche traz algumas metas do Plano Nacional da Educação (PNE). O que consta no documento (PPP da escola) é que, dos 26 pontos do Plano relativos a metas e objetivos, foi-se destacada apenas 10 que consideram imprescindíveis a sua aplicabilidade para a educação infantil, porém apenas 6 são colocados em pauta no documento. As metas elencadas no PPP foram as seguintes:

Meta nº2 Estabelecer a exigência de padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que respeitando as diversidades regionais assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a: espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário; instalação sanitárias e para a higiene pessoal das crianças; instalação para preparo e/ou serviços de alimentação; ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo repouso, expressão livre, movimento e brinquedo; mobiliário, equipamento e materiais pedagógicos; adequação às características das crianças especiais (Brasil, 2001:61).

Meta nº3 Autorizações para a construção e funcionamento das instituições, tanto públicas e privadas, só poderá ser feita se atenderem aos requisitos de infraestrutura citados anteriormente.

Meta nº4 As instituições já em funcionamento deverão ter seus prédios adaptados, de modo que, todos estejam conformes aos padrões de infraestrutura estabelecidos (Brasil, 2001:62).

Meta nº10 Criarem com apoio do município um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da educação infantil nos estabelecimentos públicos e privados, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e à garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes nacionais e estaduais (Brasil, 2001:62-63).

Meta nº18 Adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 6 anos, o que passa a exigir uma atenção especial no planejamento do espaço e na organização do ambiente considerado as várias atividades de cuidado (banho, repouso e alimentação).

Meta nº25 Garantir aos municípios que apresentem maiores necessidades técnicas e financeiras a concepção de uma ação supletiva por parte da união.

Quanto a avaliação e o acompanhamento do PPP só são registrados algo sobre esse aspecto na Meta nº 10 citada a cima, que é necessário criar um sistema de acompanhamento da Educação infantil com o intuito de garantir a qualidade, porém em nossa visita a escola não foi mencionado nada sobre esse aspecto e tendo em vista as informações obtidas não podemos comprovar de fato se havia esse acompanhamento.

Kramer (2003) atenta para o fato de que toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta é feita no caminho e precisa, por isso ser falada, contada, escrita, já que fazer história supõe contar a história. Narrar à experiência individual e coletiva, relatar as ações realizadas, os obstáculos enfrentados é condição para que se possa pensar criticamente essa experiência. Assim, cabe indagar: há registro das propostas pedagógicas anteriormente desenvolvidas pela secretaria? Os processos vividos na elaboração da proposta, as dificuldades, os consensos ou as divergências sentidas pela equipe estão registrados? Aparecem no seu texto? A proposta é conhecida pela equipe?

Podemos observar, no documento, que não há nenhum registro desses pontos a serem analisados, como também não deixa claro quais medidas e ações são tomadas em relação à formação inicial e contínua dos professores e se há projeto de formação permanente, pois, diante dos estudos podemos dizer que o professor é peça fundamental no processo de planejamento, elaboração, ação e realização da proposta e para tanto, é necessário que se faça esse conhecimento através do espaço dedicado a ele.

Há uma parte do documento dedicada a importância da formação inicial e contínua, tendo em vistas as mudanças que ocorreram na legislação no que diz respeito ao educação inclusiva e educação em tempo integral que exigem formação contínua dos professores,

porém, não é descrito que medidas ou ações serão tomadas para incentivar os professores a buscarem essa formação ou se irão possibilitar essa formação na escola com palestras, minicursos, oficinas, etc., ou seja, a escola está ciente da importância da formação contínua, no entanto não deixa claro que medidas são tomadas para a realização dessas formações, nem é apresentado nenhum projeto ou plano voltado para esse aspecto. O que consta no documento com relação a formação de professores é o seguinte: “A formação continuada é um processo que privilegia a construção de conhecimento, incentiva o contato com discussões de cunho teórico que tenham relação com as questões práticas do dia a dia das crianças”.

Fusari e Franco (2005) no que diz respeito a participação da escola na formação contínua dizem que esta formação em serviço permite ter como elemento mediador o próprio currículo da escola, o próprio projeto pedagógico que o professor coloca em ação, e que ao mesmo tempo que ele adquire nos saberes, vê as relações educacionais de outra forma. Os autores concluem ainda que dentro do projeto político pedagógico da escola deve haver uma proposta de formação contínua dos professores paralela aos objetivos a serem alcançados pela escola no processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, as escolas devem oferecer também formação continuada aos docentes para capacitação e melhoria no desenvolvimento de seu trabalho, pois com os avanços tecnológicos, os professores precisam se preparar e adequar aos novos momentos da sociedade. Perrenoud (2010, p 21) salienta que:

A formação continuada visava e sempre visa atender a defasagem entre o que os professores aprendem durante sua formação inicial e o que foi acrescentado a partir da evolução dos saberes acadêmicos e dos programas, da pesquisa didática e, de forma mais ampla, das ciências da educação.

Com relação à concepção sobre o ensinar e o aprender, não há nenhum tópico específico no PPP falando sobre, porém é elencado um tópico sobre o brincar e as relações de ensino-aprendizagem e nele se destaca, além do brincar, os aspectos de aprender e ensinar. Na relação ensino-aprendizagem o documento da escola destaca que brincar é a melhor forma de aprender, todavia, é necessário que se esteja atento as atividades lúdicas para não se estigmatizar o lúdico: “A brincadeira é uma forma de aprendizagem onde a criança ultrapassa o comportamento cotidiano habitual de sua idade, representando simbolicamente o que mais tarde realizará”.

Podemos dizer que o documento analisado se aproxima da perspectiva de Vygotsky (2001) sobre o brincar, pois, assim como o autor, o projeto defende que as brincadeiras e

jogos variados são instrumentos eficazes para o aprendizado, nelas as crianças fazem projeções de atividades da vida adulta, desenvolvendo um papel cultural, onde futuramente desenvolve seus valores. A brincadeira na infância aguça a imaginação da criança habilitando-as na construção de regras, lhes proporcionando oportunidades para o desenvolvimento intelectual, de aprendizado significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos ao final, que é preciso deixar claro que nenhum Projeto Político Pedagógico fará milagres, a escola precisa ter uma gestão verdadeiramente democrática, onde as decisões são discutidas coletivamente e respeitadas, além disso, como afirma Kramer (2003, p.166) “[...] prática pedagógica não é transformada com base em propostas bem escritas [...], a transformação exige condições concretas [...]”.

Nem sempre o que planejamos está adequado com a realidade, por vezes precisamos refletir, modificar, refazer a e até mesmo abandonar os planos, começar tudo de novo é difícil, cansativo e estressante, mas se nos deixamos levar pelo cansaço, fizermos mal feito ou simplesmente deixamos de fazer, nada trata frutos. O planejar, apesar dos percalços, é mais que essencial e a principal força para que seja alcançado um resultado. O PPP se faz nesse sentindo, onde o planejar é essencial e indispensável, acontecendo de forma contínua.

O PPP é um documento de grande necessidade dentro de uma escola, ele dará suporte para um trabalho que precisa ser coletivo, sempre construído com representantes de todas as categorias presentes na escola. Para que assim nenhuma delas sintam-se preterida perante as outras. Mas também que acima de tudo todos tenham a mesma responsabilidade dentro da escola.

Dessa forma, percebe-se que o Projeto Político Pedagógico como indispensável no processo educacional, com base nele ramificam-se as demais ações a serem desenvolvidas no âmbito escolar e é a partir dele que se alça voo para uma educação melhor.

REFERÊNCIAS

FUSARI, José Cerchi; FRANCO, Alexandre de Paula. **A formação contínua como um dos elementos organizadores do projeto político-pedagógico da escola.** In: Boletim 13, Programa 2, Ministério da Educação, 2005.

GODOY, A. C. S. et al. Plano Político Pedagógico e Proposta Pedagógica. (p. 49-56) In: **GODOY, A. C. S. (Org). Fundamentos do trabalho pedagógico.** Campinas, SP: Alínea, 2009.

(83) 3322.3222

contato@setep2016.com.br

www.setep2016.com.br

KRAMER, S. Propostas Pedagógicas ou Curriculares: Subsídio para uma leitura crítica. In: MOREIRA, A. F. (Org.). **Currículo: Políticas e Práticas**. Campinas: Papiros, 2003. (p.165 a 183)

LOPES, Noemia. **O que é o projeto político-pedagógico (PPP)**. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml>> Acesso em: 17 de nov. de 2014.

PACHECO, José Augusto. Contextos/níveis de decisão curricular. In: PACHECO, José Augusto. **Currículo: teoria e práxis**. Portugal: Porto, 2001. (p. 68 a 101)

PERRENOUD apud DRAGO, R; RODRIGUES, P. S. O Projeto Político Pedagógico como articulador do trabalho da comunidade escolar: interculturalidade, interdisciplinaridade e campesinato. In: DRAGO, R. PASSAMAI, H. B. ARAUJO, G.C. **Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. Povos, territórios saberes da terra, Movimentos sociais, sustentabilidade. Vitória; Programa de Pós-Graduação, 2010b. (p. 87-107)

VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001.